

Dantas propôs choque liberal

Maria Luiza Abbott
e Teodomiro Braga

BRASÍLIA — A proposta de um choque liberal e ortodoxo para salvar o país da crise foi o item principal da rodada econômica comandada na última quarta-feira, em Roma, pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello. De autoria do economista Daniel Dantas, que viajara às pressas para a capital italiana, a proposta baseia-se na liberação total da economia, com o fim de regras para reajustes de câmbio, salários e preços, além da criação de uma nova moeda. Collor ouviu a explanação de Dantas, fez perguntas, mas não manifestou qualquer opinião.

A proposta do choque liberal foi apresentada a Collor como alterna-

tiva ao programa da chefe de sua assessoria econômica, Zélia Cardoso de Mello, igualmente presente às reuniões de Roma. Preparado por uma equipe de economistas sob seu comando, o plano de Zélia prevê a mudança nas regras atuais de correção de câmbio, salários e preços, por meio de um amplo pacto negociado entre governo, empresários e trabalhadores. Misturando ingredientes ortodoxos e heterodoxos, o plano de Zélia inclui um ajuste fiscal e uma desindexação da economia por meio de negociações entre o governo e a sociedade.

Já a proposta de Daniel Dantas, elaborada com a participação do ex-ministro Mário Henrique Simonsen e do economista André Lara Rezende, prima pela audácia. "É preciso

ter coragem para aplicar um plano desses", comentou um economista. Importante elemento do choque liberal é a obtenção, pelo governo, de uma arrecadação extra, com a introdução de um chamado imposto de estabilização, a ser pago pelos investidores em títulos da dívida pública.

A liberação da economia, prevê-se, seria acompanhada da decretação de um feriado bancário de pelo menos 10 dias. Durante esse período, em que a liberação dos preços jogaria a inflação para o alto, não haveria resgate nem correção monetária dos títulos públicos, que assim perderiam parte de seu valor real. Isso proporcionaria um extraordinário ganho financeiro para o governo, aliviando consideravelmente o déficit público. (Continua na página 3)